



## RESENHAS

MENDONÇA, Amanda; VICENTE, Laila Maria Domith (Org.). **Jovens Pesquisadoras: sexualidades dissidentes**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019. 276 p.

Raíssa Lé Vilasboas ALVES, *Universidade Federal da Bahia*



Este se trata do quarto volume da Coleção Jovens Pesquisadoras, que desde 2016 vem reunindo textos escritos por mulheres nas mais diversas temáticas a partir da “inquietação com as estruturas e os padrões aos quais o sistema em que vivemos tenta nos submeter” (p. 7). Também traz a crítica à academia pela exigência de produtividade desconsiderando as desigualdades de gênero que criam barreiras para adentrar esse espaço, por isso acabam sendo consideradas jovens pesquisadoras, nome que dá origem ao título do livro.

É importante ressaltar que o termo “jovens” empregado no título da coletânea não faz referência necessariamente a uma questão etária seguindo uma premissa de idade, mas a uma “juventude” em relação à inserção nos debates e nas produções dessas autoras com o tema. Por isso que vencer as barreiras impostas pela academia é proporcionar uma pluralidade de construções teóricas e de autoras produzindo conhecimentos, sobre isso, o livro cumpre com eficácia sua proposta. Nos apresenta escritas, autoras e trajetórias que somam aos debates, nesta edição, sobre sexualidades dissidentes.



As mulheres que participam da organização, construção e escrita nos volumes desse trabalho colaboram com as discussões em diversos campos pautando e questionando estruturas machistas, racistas, lgbtfóbicas e hierárquicas, em geral, sustentadas pela sociedade e, conseqüentemente, pela academia. Assim, as organizadoras Amanda Mendonça e Laila Vicente destacam a importância e necessidade de se ter a participação de mulheres negras, mulheres trans e mulheres com deficiência nos diferentes espaços dessa construção.

O quarto volume da coletânea, publicado em 2019, nos apresenta uma edição exclusivamente escrita por mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. Essa escolha se deu, como explica as organizadoras na apresentação do livro, a partir do golpe de 2016 com a ameaça à democracia brasileira, retirando uma presidenta eleita e, dois anos após, elegendo um candidato da extrema direita com discursos impulsionadores de violência, racista, machista e lgbtfóbico, usando da religião para afastar, da sexualidade para violentar, e da raça para genocidar, tendo como estratégia a política de morte. A partir disso se faz auto justificada a escolha para essa edição, elucidando ainda as barreiras invisíveis enfrentadas por essas mulheres ao se inserirem na academia, barreiras essas, por vezes, perpassadas também por racismo, transfobia, capacitismo e lesbofobia.

O livro é composto por nove capítulos escritos por diferentes autoras, a partir de perspectivas e histórias de vida que as escritoras trazem consigo em seus campos de produção, demonstrando uma vasta possibilidade de temas. Também nos chama a atenção o memorial que é apresentado anterior a cada capítulo, trazendo um pouco da trajetória de cada autora, sendo escrito por elas mesmas e, assim, criando uma relação de mais proximidade com quem está lendo. A partir do memorial é possível ver que algumas autoras apresentam trajetórias mais acadêmicas, outras trazem consigo experiências de diálogos e participações com/em movimentos sociais.

O memorial, como proposta diferenciadora, chama atenção para a leitura e conecta a pessoa que o lê com a autora que o escreve. Além disso, localiza o lugar de onde cada autora vem, está e pretende seguir. Com a possibilidade de uma livre criação para apresentar-se ao público e apresentar a sua produção, o memorial possibilita o contar das autoras de suas histórias, de sua descoberta e da sua percepção no mundo quanto à sua lesbianidade, bissexualidade, transexualidade, contando,



também, sobre a sua escolha pelo tema abordado no capítulo que não necessariamente terá uma relação direta com a sexualidade.

Partindo da proposta de um memorial sinto necessidade de trazer também um pouco da trajetória de quem escreve essa resenha. Atualmente, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA) e trago uma trajetória de pesquisa com foco em lesbianidades e educação. Desse modo, surge o interesse e curiosidade em conhecer o que lésbicas, bissexuais e mulheres trans apresentam em suas produções acadêmicas e os campos de pesquisa escolhidos, bem como os diálogos que tem sido estabelecidos com movimentos, grupos e lutas sociais.

Como já mencionado, “Jovens Pesquisadoras: sexualidades dissidentes” foi escrito por mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e seus textos dialogam direta ou indiretamente com os temas de sexualidade e gênero. Em sua apresentação as organizadoras nos contam o processo de construção da ideia do livro, a partir de vivências pessoais e perseguições no ambiente de trabalho. Desse modo, a leitura flui para o primeiro capítulo quase como um complemento da apresentação. Nele, Carol Quintana e Ivanilda Figueiredo traçam um paralelo entre o fascismo europeu do século XX e o fascismo brasileiro atual. Estabelecem como principal correlação o argumento de um ideal de superioridade presentes nas ideologias de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar. No Brasil, a ascensão da extrema direita tem se dado mais fortemente a partir das eleições de 2018 com a onda bolsonarista proferindo discursos de ódio quase sempre voltados para as pessoas LGBT’s, além da proibição da discussão de sexualidade e gênero nas escolas, que é o próximo tema a ser abordado.

No segundo capítulo, Vanessa Leite nos apresenta uma afirmação: gênero é ensinado e, além disso, reforçado nas escolas. Ora, as crianças já estão sendo educadas sobre gênero quando lhes é dito o que a meninas e meninos podem ou não fazer, com base na moralidade, em outras palavras, as classificações de “certo” e “errado” para o sexo são pautadas na reprodução e, sendo assim, por um viés da heterossexualidade. Negar pautar esses temas nas escolas é estagnar essas concepções sem possibilidades outras, é negligenciar uma dimensão importante da vida. Assim, a não discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas é reforçar que além de existir um único modo de ser menino e um único modo de ser menina, também ser menina ou menino do modo correto é desejar pessoas do gênero oposto.



E já que estamos falando de “normas”, o terceiro capítulo nos apresenta um texto-percurso da Anahi Guedes de Mello, afirmando estar em um “devir-ciborgue” (p. 85) e em relação com seu implante coclear<sup>1</sup>, o qual nomeia de “brinquedo erótico aleijado” (p. 95). Sobre este, afirma ser um potencializador das experiências sexuais pois possibilita outras formas de interações com seres humanos e não humanos, impactando nas sensações, reações e comportamento. Assim, assume o ciborgue como uma combinatividade entre organismo e máquina, numa relação de interdependência. É através da Teoria *Crip*<sup>2</sup> que a autora nos apresenta uma ideia outra sobre o corpo, sobre a deficiência e sobre a lesbianidade.

O capítulo seguinte fica sob responsabilidade de Mayara Micaela Alves Gomes com um debate sobre raça e sexualidade, trazendo um apanhado desde o Brasil colônia até a discussão sobre a heteronormatividade contemporânea. Se a heteronormatividade e o patriarcado criam uma “essência” feminina, logo, no imaginário social cria-se a imagem de mulheres enquanto seres passivas e frágeis e, se considerarmos o racismo estrutural, duas mulheres, mesmo ambas sendo oprimidas pelo patriarcado, a mulher negra sofre uma dupla opressão. A autora pontua que ser mulher negra e lésbica não é apenas uma orientação sexual mas um posicionamento político por subverter uma lógica que as apagam, as tornam invisíveis. A autora nos presenteia, ao final do seu texto com uma lista com dez mulheres negras que amam/amaram outras mulheres.

Heloisa Melino discute sobre universalização do sujeito e a linguagem. Ressalta a atenção ao produzir teorias para não acabar reproduzindo ou corroborando com a ciência ocidental universalista. Donna Haraway (2009, p. 103) citada por Melino (2020, p. 142) afirma que: “Se é verdade que somos aprisionadas/os pela linguagem, então, a fuga dessa prisão exige poetas da linguagem”. Não seriam essas poetas, as escritoras feministas negras e chicanas? Se ao mesmo tempo em que a narrativa pode expropriar a pessoa da sua história, também é possível, a

---

1 Segundo Mello (2019, p.79): “Implante coclear é uma tecnologia clínico-terapêutica indicada para pessoas surdas com perda auditiva neurosensorial bilateral profunda.”.

2 Teoria Crip ou teoria *aleijada*, em português, refere-se a uma expansão da Teoria Queer, e utiliza-se de uma palavra propositalmente agressiva e pejorativa com intuito de afim de tecer análises dos corpos somando ao patriarcado e à heterossexualidade compulsória, também a capacidade compulsória. Nesse sentido *aleijar* refere-se a descolonizar, deformar o pensamento feminista e queer (MELLO, 2019).



partir dela, empoderar e reaver sua dignidade. “Reivindicar voz interrompe, ainda que provisoriamente, a hegemonia” (p. 155).

É nessa interrupção que a Kathyla Katherine S. Valverde traça uma retrospectiva histórica da transexualidade no campo jurídico. A autora faz um apanhado de resoluções, decretos, portarias e decisões, criando uma cronologia dos avanços para a pessoa trans e travesti no Brasil, destacando as conquistas e avanços, ainda que a passos lentos, desde à Constituição de 1988 até a garantia do “nome social”, enfatizando a importância dele não apenas como uma conquista jurídica, mas também um promotor de bem estar subjetivo.

O sétimo e oitavo capítulos vão trazer um formato de texto mais acadêmico, escritos por Renata Ferreiro Azevedo e Jaqueline Gomes de Jesus, respectivamente, o primeiro tem como tema a maternidade lésbica através de uma revisão de teses e dissertações; já o segundo versa sobre um estudo de campo sobre o trabalho escravo contemporâneo a partir das representações sociais dos “libertadores”<sup>3</sup>. Renata nos apresenta um campo que tem recebido um aumento de produções significativas a partir do século XXI, no Brasil. Nos deparamos com um universo de possibilidades sobre a maternidade, extrapolando os barreiras da heteronormatividade e tensionando o campo jurídico a partir de um estudo que nos propõe outras concepções do conceito “família”.

Por sua vez, Jaqueline nos apresenta um estudo sobre representações sociais afastando-se um pouco das discussões de sexualidade e gênero, porém, elucidando um tema ainda caro à academia. Defende que o trabalho escravo ainda existe no Brasil no século XXI, a partir de entrevistas e programas de análises de dados encontra o que chama de “ancoragem” (p. 243) das representações sociais dos libertadores: a do bem (voltada para o salvador), a do mal (voltada para a estrutura escravagista) e a da necessidade (voltada para o trabalhador escravo).

O último capítulo é escrito por uma das organizadoras do livro, Laila Vicente. Como proposta de encerramento a autora opta por discutir a materialidade do gênero e a identidade, entre Paul Preciado, Judith Butler e algumas contribuições de Michel Foucault, a autora traça um

---

3 Nas palavras de Gomes (2019, p. 228): “define-se como ‘libertador’ todo sujeito pertencente à categoria social dos libertadores, composta pelo grupo de pessoas que trabalham para fins de libertação de pessoas submetidas ao trabalho escravo”.



percurso de construção de narrativa do sexo, convocando os feminismos a se repensarem na compreensão do sexo enquanto natural. Contesta a teoria das diferenças sexuais com base nos órgãos sexuais e afirmando que existe possibilidades outras entre o sexo. Assim, retoma Thomas Laqueur ao explicar a Teoria do Sexo Único como a diferença entre homem e mulher fosse considerando esta segunda uma imperfeição do homem, não desenvolvida. Será que sexo e gênero não possuem relação alguma ou seriam ambos, categorias criadas politicamente?

Ao longo de uma apresentação e nove capítulos que perpassam pelos mais diversos temas, encontramos autoras engajadas com suas produções de conhecimento dispostas ao combate às estruturas de opressões, pluralizando vozes e trajetórias. Além de elucidar possibilidades de campos a serem explorados interseccionados pelas discussões de gênero e sexualidade, como por exemplo, os estudos sobre pessoas com deficiência e suas relações com seus corpos, ou as maternidades lésbicas questionando as configurações familiares tradicionais.

Com esse trabalho, nos deparamos com convocações para pensar e agir, seja com reflexões de cenários políticos a partir das discussões do fascismo brasileiro, seja através da (re)descoberta dos trabalhos escravos no século XXI. Nos oferece a linguagem como possibilidade de articulação, reivindicação e luta. Nos lembra que também existem conquistas, inclusive no campo jurídico e na educação e, portanto, há esperança. Por fim, nos adverte que as mulheres que amam outras mulheres, não podem ser esquecidas, pois possuem um papel imprescindível na nossa história, e as autoras lésbicas, negras principalmente, nos mostram categoricamente isso. E se há uma personificação, um símbolo ou, mais do que isso, uma semente capaz de chacoalhar estruturas e mobilizar cada uma de nós a partir do afeto, sem que isso se torne menos combativo, essa semente é Marielle Franco.

*Presente!*